



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 110/111

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE NOVEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Luiz Nishimori.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausente o Sr. Deputado Ângelo Vanhoni (01); e em licença os Srs. Deputados : Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Reni Pereira e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos Deputados Dr. Luciano Ducci e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP.

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna em nome da Liderança do Governo para fazer uma análise deste projeto. Permitam-me, senhores, que eu possa trazer aqui a avaliação jurídica do Projeto nº 106/2003.

(Lê):

“ANÁLISE JURÍDICA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 106/2003

Pretende o projeto de lei em referência regulamentar os recursos mínimos para o financiamento da saúde, definindo as despesas em ações e serviços públicos de saúde.

Um dos pontos mais polêmicos do projeto de lei em análise é a exclusão expressa no artigo 4º, IV, das despesas com saneamento básico realizada pelos órgãos da administração indireta com recursos provenientes de taxas ou tarifas.

A saúde está prevista no artigo 196, da CF:

‘Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante **políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.**’ Sem grifo no original.

A redução do risco de doenças ocorrerá por meio de medidas de medicina preventiva, de políticas públicas

preventivas, como é o caso do saneamento básico, por meio da educação da população, da vigilância sanitária em todas as suas atuações, dentre outras atividades. Todas essas atuações do Poder Público acontecem na área da saúde e para melhorar a qualidade de vida da população, evitando-se o risco de doenças, consoante o comando constitucional.

Os investimentos em saúde estão previstos na Constituição Federal no artigo 198, com a redação dada pela Emenda Constitucional 29/2000, que dispõe:

‘Art. 198 - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.’ Sem, grifo no original.

Antes de qualquer lei é a Constituição Federal que estabelece as normas que são de observância obrigatória pela Administração Pública, e pelo legislador infraconstitucional.

A própria Constituição Federal determina que se dê prioridade às atividades preventivas de saúde, melhorando-se a qualidade de vida da população. O saneamento integra, nesse conceito, atividades de saúde preventiva, porque na medida em que a população dispõe dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, passa a não ter contato com agentes que contaminam a sua saúde e que exigem posteriormente intervenção médica para a cura de diversas doenças que surgem, especialmente nas crianças.

O Estado do Paraná há alguns anos vem realizando operações de crédito com Instituições Financeiras Internacionais, para investimento em saneamento. Esses recursos são repassados à SANEPAR para execução dos projetos correspondentes. O fato de a SANEPAR cobrar taxa ou tarifa de suas atividades não modifica a natureza jurídica dos recursos investidos em saneamento, pois nem sempre se cobra por serviços como tais, e quando os mesmos são cobrados da população que os utiliza, raramente essa cobrança é suficiente para garantir o pagamento do empréstimo ao Estado do Paraná. São os recursos do Tesouro que acabam pagando tais empréstimos feitos para o saneamento, e a devolução do numerário, pela SANEPAR, dar-se-á a longo prazo, sem juros, justamente porque seria impossível e economicamente inviável que ela própria tomasse tais empréstimos diretamente. É obrigação do Estado investir em saneamento básico, portanto, o faz através da SANEPAR, e na maioria das vezes subsidiando os custos dos investimentos, porque não há possibilidade de cobrá-los integralmente da população beneficiada. Além disso, as tarifas sociais impediriam todas as cobranças, e o valor da tarifas que

são exigidas são muitas vezes inferiores aos custos dos investimentos nessa área, devido aos altos valores envolvidos. É através de outras fontes de receitas que a SANEPAR acaba pegando o empréstimo feito pelo Estado do Paraná.

Ante o exposto, depreende-se que as normas dos artigos 196 e 198, II da CF, quando priorizam as atividades preventivas de saúde, atendem o princípio contido no artigo 1º, III, da mesma Carta, que estipula como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que ‘A dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, ilumina a interpretação da Lei Ordinária’. (STJ, HC 9.892-RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Rel. para o Acórdão Min. Fontes de Alencar, DJU 26.03.01. p. 473).

Os direitos à vida e à saúde, bem como o atendimento das necessidades básicas do cidadão, atendem à dignidade da pessoa humana.

Não se pode negar que o direito ao saneamento básico atende uma das necessidades básicas do cidadão e previne doenças.

A Constituição Federal não elenca as atividades que integram o cálculo das despesas de saúde, para fins de composição do percentual que deve ser aplicado nessa área.

No tocante às receitas e forma de cálculo do percentual, dispõe o parágrafo 2º do artigo 198 da CF.

‘A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre.

(...)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, I, “a”, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios’

A Emenda 29/2000 inseriu o artigo 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar que:

‘Art. 77 - Até o exercício de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

(...)

II - ... No caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto arrecadado dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 57 e 159, I “a” e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. Sem grifo no original.

O parágrafo 3º do artigo 198 da CF estabelece:

‘Lei Complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I - os percentuais de que trata o parágrafo 2º;

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.'

A lei complementar referida na norma constitucional é a de caráter nacional, e não a lei complementar estadual, pois é necessário estabelecer parâmetros uniformes aplicáveis a todo o território brasileiro.

O percentual que deve ser aplicado na saúde é de 12% segundo a norma do artigo 77 do ADCT, que inclusive prevê, no parágrafo 4º:

'§ 4º - Na ausência da lei complementar a que se refere o artigo 198, parágrafo 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.'

Na ausência de lei complementar, o percentual que deve ser aplicado em saúde pelos Estados é de 12% a partir de 2005.

Como a Constituição Federal não identificou o que pode ou o que não deve integrar o cálculo das despesas para compor esse índice, não é lícito ao Administrador Público, Federal ou Estadual, interpretar a norma constitucional, e estabelecer regras restritivas, como é o caso do presente projeto de lei, que restringe o saneamento sob o argumento de que não constitui despesa de saúde. Se, como dissemos, a saúde preventiva é um imperativo e uma orientação do constituinte, não poderia o legislador estadual ou o administrador limitar tais políticas e não considerá-las como saúde preventiva. Prevenir a doença é tão ou mais importante que curá-la.

Evitar doenças protege a população, e para evitá-las é preciso, além de outras medidas, saneamento básico. A dignidade da pessoa humana implica em não ficar doente e em obter a cura quando já instalada a enfermidade.

Assim, o legislador estadual não tem competência para legislar sobre a matéria, que depende ainda da regulamentação nacional, de amplo debate que será travado no Congresso Nacional, e que envolve, quanto ao saneamento básico, muito mais do que a singela opção por não considerá-lo como gasto com saúde preventiva, eis que vivemos em um país onde as necessidades básicas do cidadão ainda não foram integralmente satisfeitas, onde buscamos evitar doenças há muito erradicadas de países mais desenvolvidos, onde a desigualdade social e a miséria são gritantes.

O debate sobre o que é e o que não é saúde não pode ser regional, mas nacional."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta decisão que ainda está por acontecer no Congresso Nacional, é sábia. Todos sabemos que o tratamento do saneamento básico é fundamental para evitarmos doenças.

Todos sabemos que uma criança que vive na periferia de uma cidade onde não chegou o tratamento, nem a coleta do esgoto, tem, sim, a possibilidade de adquirir a doença.

Digo mais, imagine uma criança que está lá com a barriga inchada e com febre porque adquiriu uma doença; tomou uma água não tratada porque não tinha condição de comprar uma água mineral e também não recebe uma água tratada da nossa SANEPAR, então, recebe dentro dos 12% da saúde, um vidro, se não me engano, porque já faz tanto tempo que não cuido dos meus filhos que já são adultos, mas "dôrico", coisa assim, para cuidar da febre e umas dores. Então, elas recebem dentro dos 12% esse remédio e daí melhora a dor e, amanhã, começa de novo e pode levá-la ao óbito, quando com o tratamento básico do saneamento poderia esta criança não ter adquirido essa doença e quem sabe economizando muito mais na própria farmácia porque a criança evita de pegar essa doença.

Tem um outro exemplo que gostaria de deixar, vendo, agora, reconhecidamente, que um dos Municípios de IDH baixo no nosso Estado é Bocaiúva do Sul. Embora tão perto da capital do Estado, reconhecida e comprovadamente caiu em 50% o número de crianças que tinham a desnutrição que leva a adquirir doenças e caiu esse índice porque recebe um litro de leite do Programa Leite para as Crianças do Governador Requião. Imagine, quanto este programa do leite está melhorando a nossa saúde.

Então, está comprovado que saneamento básico é saúde, que tomar uma água tratada é saúde e não estamos aqui pleiteando que todo investimento no saneamento seja comparado e aqui jogado para os 12% da saúde, mais queremos que o saneamento básico, em determinadas regiões, entre, sim, mostrando que é para saúde do nosso Estado e da nossa população.

Peço que, enquanto não for discutido amplamente com toda sociedade brasileira, que não seja a Assembléia do Paraná que tome a iniciativa de evitar o saneamento básico. Portanto, a recomendação da Liderança do Governo é votar **não** nesse projeto que acaba prejudicando a saúde do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dr. Luciano Ducci.

O SR. DR. LUCIANO DUCCI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Até fico perplexo com essa defesa que o Stica faz contra o projeto, porque, historicamente, já há mais de doze anos é uma bandeira do Partido dos Trabalhadores a defesa da tese da veiculação dos recursos na área da saúde definindo claramente o quantitativo que a saúde tem disponível e naquilo que pode ser gasto esse dinheiro.

Causa-me estranheza o Deputado Stica, que é um militante do PT já há muitos anos, defender contra uma

tese histórica do Partido, uma tese defendida pelo Ministro da Saúde; pela maioria dos Deputados do PT em nível federal; uma tese que começou a ser discutida em 1993 com os Deputados Eduardo Jorge e Valdir Pires, que trouxeram essa discussão para dentro da Câmara Federal propondo a vinculação dos recursos na área da saúde e sempre os Partidos da direita (inclusive, o PFL) defenderam contra essa tese, entendendo, como você entende agora, que o saneamento deve fazer parte da área da saúde.

Ora, é a mesma coisa que dizer que segurança também é saúde, porque a partir do momento que você tem uma segurança e as pessoas não são vítimas de violência você está economizando para a área da saúde. Então, segurança seria saúde. Também habitação, porque se uma pessoa tivesse uma moradia decente, adequada, também poderia ser incluído dentro da área da saúde e assim como a questão do salário poderia ser incluído dentro da área da saúde e assim como a questão do salário, do emprego, tudo isso gira em torno da saúde, da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Então, fico estarelecido, porque quando fizemos esse projeto, propusemos isso, era tentar regulamentar os recursos para a área da saúde, uma área onde sabemos as dificuldades que a população vem sofrendo ao longo dos anos. O Estado do Paraná é o que menos investe na área da saúde pública do Brasil, percentualmente. Recentemente há dois, três meses atrás, o jornal O Estado de São Paulo publicou a relação dos investimentos percentuais nos Estados do Brasil, em cima do SIOPS que é um processo de acompanhamento e avaliação dos investimentos dos Estados, feito pelo Ministério da Saúde, que classificou o Paraná como sendo o Estado que menos investe nesse setor. Então, temos vários encaminhamentos sendo discutidos, o Conselho Nacional de Saúde também já posicionou claramente o que é que não é despesa na área da saúde. O que colocamos vai muito além do saneamento!

O Deputado Stica fez toda a sua defesa em cima do saneamento, que é cobrado, sim, da população do Estado do Paraná. É um saneamento tarifado, pagamos pela água que consumimos, pagamos pelo esgoto que é coletado na nossa casa e esse recurso vem em cima de tarifa. E em cima de tarifa já tem determinação do Conselho Nacional de Saúde sendo contrário a qualquer tipo de saneamento colocado na área da saúde que seja tarifado. Defendemos que o saneamento não tarifado, em pequenas aglomerações, em comunidades indígenas ou saneamento comunitário onde o Estado vai lá e coloca para resolver um problema de saúde imediata e que não é tarifado, esse, sim, pode ser contabilizado como despesa da área da saúde.

Esse é um entendimento que existe nacionalmente por todos. Tanto é que esse projeto que nós propusemos - eu e o Presidente do PT, Deputado André Vargas - vem de encontro, 100%, àquilo que o Conselho Nacional de Saúde propõe. Não fizemos nada diferente do que

aprovação do Conselho Nacional de Saúde, não fizemos nada diferente do que a Portaria do Ministro Humberto Costa coloca, e considero que é despesa da área da saúde. Está tudo contemplado nesse projeto de lei.

Por isso, peço aos Deputados que estão aqui presentes, aos Deputados do PT, do PMDB que também entendo que é um projeto importante para o Estado do Paraná, porque define com clareza aonde o Estado pode investir os seus recursos da área da saúde. Poder investir mais nos hospitais, no HU de Londrina, nos hospitais daqui, nas consultas especializadas, que temos uma demanda reprimida muito grande e as pessoas estão na fila há 4, 5 meses aguardando uma consulta especializada por falta de dinheiro, de recurso financeiro, de investimento para se ampliar o atendimento nessa área, como na área de internação, de UTI.

Então, temos que buscar um consenso no sentido de estar garantido que esses recursos vão realmente para a área da saúde e não para outros setores como estão colocados hoje, como é o caso do antigo IPE, que é o plano de servidores públicos do Estado, como é o caso da merenda escolar, como é o caso de questões referentes a erosões e tantas outras.

Pediria, como encaminhamento, que votassem a favor desse projeto de minha autoria e do Deputado André Vargas, Presidente do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão, em votação.

Aprovado.

O SR. NATÁLIO STICA

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Peço a V. Exa. que não considere o meu pedido de chamada nominal, que dispense.

O SR. VALDIR ROSSONI

Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a chamada nominal, a pedido do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

(Procede à chamada nominal)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, questão de ordem.

Retiro a chamada, mas gostaria de, no encaminhamento da questão de ordem, fazer um pedido para que os Deputados votassem com o encaminhamento do Deputado Luciano Ducci, que estão votando em favor da aplicação dos recursos que são destinados por lei na saúde.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Reitero o pedido de chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a chamada nominal, a pedido do Deputado Antonio Anibelli.

O SR. SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)**(Procede à chamada nominal)**O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e nove Srs. Deputados presentes. Há quórum para votação.

Os Srs. Deputados que aprovam em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos Deputados Luciano Ducci e André Vargas? Treze (13) a favor; contra o projeto, quinze (15) Srs. Deputados contra, **Rejeitado** o Projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Deputados Rossoni, Luciano Ducci, Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Accorsi, Francisco Bühler, Luiz Nishimori, Deputada Arlete, Deputada Cida, Marcos Isfer e Deputado Augustinho Zucchi, a favor, os demais, com todo respeito, votaram contrariamente ao Projeto.

ITEM 02

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera o item III e inclui o item IV, no artigo 5º que altera o item I do artigo 10 da Lei nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998 do Poder Executivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que altera o dispositivo da Lei nº 5.994, de 21 de maio de 1969 (Lei

de Promoção de Oficiais da Polícia Militar), e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 587/2003

P A R E C E R :**Relatório**

O Projeto de Lei nº 587/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dobrandino da Silva, tem por escopo alterar dispositivo da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar), e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, salienta-se que em suma o Projeto de Lei nº 587/2003 visa primordialmente revogar incisos específicos que tratam sobre promoção de oficiais, bem como requisitos básicos para ingresso do sargento em quadro de acesso, revogando-se os critérios que falam sobre o policial militar não estar *sub judice* ou cumprindo pena criminal.

O artigo 39 da Lei nº 5.940 de 08 de maio de 1969, parágrafo 1º traz em seu bojo a consideração sobre o que é estar *sub judice* a saber:

- a) preso em flagrante delito ou que tiver contra si prisão preventiva decretada;
- b) denunciado em processo criminal; e
- c) mesmo absolvido, quando pendente de recurso.

Busca o projeto de lei em análise abolir este requisito, visando preservar o princípio da presunção de inocência, onde ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Há de considerar que neste caso específico, assim como em diversas ocasiões, como por exemplo na realização de concursos públicos, os requisitos a serem observados podem ser os mais variados, vale dizer, que se trata de discricionariedade da administração pública, assim como no caso concreto, para efeito de promoções, o que se busca *a priori* é uma boa conduta do policial para que o mesmo possa ser incluído na lista de promoção. Em sendo assim, leva-se em consideração aquele policial que não possui indícios da realização de crimes, ou seja, que não tenha contra si prisão preventiva decretada e que não tenha sido preso em flagrante delito, conforme a previsão legal estabelecida na alínea “a” do parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940.

Pragmaticamente, pretende-se é a extensão dos dispositivos que trazem como conteúdo tais restrições de estar o policial *sub judice* ou cumprindo sentença criminal. Como já discorrido acima, vale a consideração que o extremo rigor dos requisitos realmente podem deixar a

desejar por restringirem demasiadamente o acesso à promoção, pois como bem argumentou na justificativa da proposta, não se pode punir antecipadamente o policial pelo simples fato de estar respondendo a processo criminal. Contudo, faz-se necessário algumas considerações, a saber:

1 - Quanto estar preso em flagrante delito, (alínea “a” parágrafo 1º, artigo 39 da Lei nº 5.940). Ora, a autoridade policial quando da realização da prisão em flagrante delito encontra-se convicta da realização de um crime, ou seja, existem indícios suficientes de materialidade e conseqüente autoria, pois se assim não fosse, não seria lavrado o respectivo auto sob pena de responsabilização da autoridade policial, diante do que não se pode falar em promoção ao policial que se encontra preso em flagrante delito, pois a boa conduta, na qual deve estar pautado o cotidiano do policial foi drasticamente afetada. Muito embora exista outros mecanismos que impedem até mesmo a permanência do servidor nas fileiras da corporação, visto que existe o respectivo processo disciplinar que irá apurar a conduta do funcionário que foi preso em flagrante delito, mas a questão em análise é tão somente quando a possibilidade de acesso à promoção, o que no entender deste relator não seria possível.

2 - Quando tiver contra si prisão preventiva decretada, (alínea a, última parte, parágrafo 1º, artigo 39 da Lei nº 5.940).

Da mesma forma, o juiz, quando expede o Mandado de Prisão Preventiva tem que fundamentar o seu despacho, e para tanto, da mesma forma como exposto no item 1 acima, têm que estar presente os indícios mínimos de autoria e materialidade. Para a decretação da prisão preventiva inclusive se faz necessário requisitos do artigo 311 e seguintes do CPP, e como ilustração a saber última parte do artigo 312 do CPP: “... quando houver prova de existência do crime e indício suficiente da autoria”.

3 - De ter sido denunciado em processo criminal. (alínea b, parágrafo 1º, artigo 39, Lei nº 5.940). Este requisito é um pouco mais subjetivo, pois o Estado não está realizando diretamente a coerção, não estando obrigatoriamente o denunciado com sua liberdade restrita, enquanto que os indícios de autoria não são necessariamente veementes, e a apreciação das provas será feita durante a devida instrução no transcorrer do processo.

4 - Não estar cumprindo sentença criminal, (artigo 25 inciso V da Lei nº 5.940).

Este requisito parece ser uma conseqüência lógica da aplicação penal, parecendo ser óbvio que policial militar quando estiver cumprindo sentença criminal, muito provavelmente nem mais estará pertencendo às fileiras da corporação e muito menos ser possível o seu acesso a listas de promoções, o que na análise deste relator deve ser mantido na Lei nº 5.940 o artigo 25 inciso V.

5 - Mesmo absolvido, quando pendente de recursos, (alínea c do parágrafo 1º do artigo 39, da Lei nº 5.940).

Muito bem, se já existe uma sentença absolutória ao policial militar, ainda que esteja tramitando recursos sobre tal sentença não se pode prejudicar o policial restringindo-lhe o acesso à promoção, pois estar-se-ia depondo contra decisão judicial de absolvê-lo pois a sentença tem o alcance de livrar-lhe de todos os ônus do processo e nesta ótica não seria coerente deixar-lhe com o prejuízo de não poder participar das promoções.

Em suma, com referência ao artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal que trata do princípio da presunção de inocência, no entender deste relator não há que se falar que os dispositivos constantes nas Leis nºs 5.944 e 5.940, *a priori*, ferem a Constituição Federal, uma vez que já foram aprovados e passaram pelo crivo do plenário na oportunidade de suas votações. Ademais, os critérios administrativos para promoções podem ser conforme a discricionariedade da administração, visando sempre a boa conduta policial.

Conclusão

Diante do exposto, o presente projeto está apto a prosseguir, sendo inevitável concluir pela constitucionalidade. No entanto, diante dos aspectos aludidos, apresento Emenda Substitutiva em anexo, para apreciação dos demais membros desta Comissão e posterior tramitação.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA PROJETO DE LEI Nº 587/2003

Art. 1º - Ficam revogadas as alíneas b e c do parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940 de 08 de maio de 1969.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 587/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, altera dispositivo da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar), e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição

e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, constatamos na própria justificativa do autor, que afastar o policial militar dos quadros de acessos e conseqüente impedí-lo de concorrer à promoção por estar *sub judice*, caracteriza pré-julgamento, punição antecipada, trazendo prejuízos profissionais, morais e econômicos de difícil reparação.

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 587/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 587/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dobrandino da Silva, tem por escopo alterar dispositivo da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar), e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, salienta-se que em suma o Projeto de Lei nº 587/2003 visa primordialmente revogar incisos específicos que tratam sobre promoção de oficiais, bem como requisitos básicos para ingresso do sargento em quadro de acesso, revogando-se os critérios que falam sobre o policial militar não estar *sub judice* ou cumprindo pena criminal, com emenda substitutiva em anexo.

Em suma, com referência ao artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal que trata do princípio da presunção de inocência, no entender deste relator não há que se falar que os dispositivos constantes nas Leis nºs 5.944 e 5.940, *a priori*, ferem a Constituição Federal, uma vez que já foram aprovados e passaram pelo crivo do plenário na oportunidade de suas votações. Ademais, os critérios administrativos para promoções podem ser conforme a discricionariedade da administração, visando sempre a boa conduta policial.

Conclusão

Diante do exposto, o presente projeto está apto a prosseguir, sendo inevitável concluir por tratar-se de iniciativa que busca uma melhor aplicação de critérios mais justo para as promoções dos policiais militares, não sendo admissível o pré-julgamento o qual caracteriza-se em punição antecipada, com prejuízos dificilmente reparáveis ao longo da carreira policial, diante dos aspectos aludidos, apresento parecer favorável ao projeto de lei em análise, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK
Presidente e Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2004, conforme Resolução nº 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTA. **Aprovada.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/2004
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de outubro de 2004, conforme Resolução de nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.2004.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 72/2004

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 79/2004, prestando contas da verba de crédito para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de outubro de 2004, regulamentada pela Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Analizando o relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição acima citada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Pelo acima exposto, delibera este relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 17.11.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero comunicar aos Srs. Deputados que ainda teremos mais uma Sessão, para analisarmos alguns vetos. Pediria que os Srs. Deputados permanecessem em plenário para esta Sessão Extraordinária.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2080, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 012, 041, 050, 069, 077 e 078/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2004.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2003 e do Projeto de Resolução nº 017/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 398, 400, 412, 413, 415 e 430/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2004

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia,

Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausente o Sr. Deputado Ângelo Vanhoni (01); e em licença os Srs. Deputados: Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Reni Pereira e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2081

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de duas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das proposições de veto - itens 01, 02, 04, 05 e 06 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NATÁLIO STICA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2081, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto - itens 01, 02, 04, 05 e 06 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/2004, e veto apostado ao Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes Municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 341/2003

Curitiba, 24 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 343/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 409/2003, por inconstitucionalidade, porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso IV, da mesma Constituição e, ainda, porque desatende a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 409/2003 encontra-se publicado no DA nº 096/2003, de 17.11.2003, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 012/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, objeto de veto do Governador, cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes Municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/2004, e veto apostado ao Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que institui o Programa Estad-

ual de Bolsa de Estudo Denominado Bolsa Universidade, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 050/2004

Curitiba, 19 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 415/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 653/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público porque desobedece dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000) e, também, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir Programa de Bolsa de Estudos, denominado Bolsa-Universidade, objetivando beneficiar estudantes de baixa renda, regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos.

A matéria aqui versada, foi analisada por Secretarias de Estado vinculadas ao assunto e todas demonstraram a impossibilidade de acolhimento à medida, considerando-a inexecutável e contrária aos elevados interesses do Estado. Dentre tais pronunciamentos, adoto como razões fundamentais do veto ora apostado, o da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, assim como a parte final do expendido pela Secretaria de Estado da Fazenda:

SETI - "O Estado do Paraná com características muito peculiares em relação às demais unidades da Federação, desponta como aquele que mais esforço tem despendido na manutenção do Ensino Superior Público Estadual sendo considerável o percentual da arrecadação do ICMS (7,24%) investido em ensino superior, enquanto 3,3% é a média dos demais Estados. São investidos anualmente cerca de R\$ 430 milhões do tesouro estadual liberados, na sua totalidade, para as Universidades e Faculdades Estaduais mantidas pelo Governo do Estado, que ao serem somados aos recursos gerados pelas Instituições chega a R\$ 660 milhões.

Quantitativamente, o Paraná é o sexto Estado brasileiro em população e o segundo Estado brasileiro em número de alunos de terceiro grau matriculados em instituições públicas estaduais gratuitas.

O Ensino Superior Público Estadual se distribui por todas as regiões do Paraná, oportunizando o ensino gratuito a uma grande parcela da população, além de suportar um grande contingente de alunos oriundos de outros Estados abrigados nas suas IEES. O Paraná é a unidade da Federação que, percentualmente, mais investe da sua arrecadação em ensino superior público gratuito no País, mantendo cinco Universidades e 12 faculdades (UNESPAR), com 668 cursos (252 de graduação), 337 de especialização, 65 de mestrado e 14 de doutorado),

71.621 estudantes de graduação, 2.596 alunos de pós-graduação *stricto sensu*, 10.703 estudantes de pós-graduação em cursos de especialização e 3 (três) Hospitais Universitários.

Levantamentos recentes demonstram que, relativamente à origem dos alunos por segmento de ensino, os percentuais de alunos oriundos de escolas públicas matriculados nas Universidades Estaduais são: UEL 49,7%, UEM 53,9%, UEPG 57,0%, UNIOESTE 64,5% e Faculdades Estaduais 82%.

Quanto à concessão de Bolsas, cabe lembrar que o Governo Federal dispõe de programa próprio de bolsas de estudo: o programa FIES (Financiamento Estudantil - <http://fies.caixa.gov.br>) do Ministério da Educação - MEC, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, que disponibiliza bolsas de estudos para estudantes da rede privada de ensino superior, estando inclusive em fase de reformulação, conforme notícias amplamente veiculadas a nível nacional.

O Ministério da Educação já anunciou também o desenvolvimento de estudos para a concessão de abatimentos nos impostos incidentes nas Instituições Privadas de Ensino Superior, de forma a reverter no aumento do atendimento a estudantes carentes, podendo inclusive repercutir na diminuição dos valores das mensalidades, pela redução da inadimplência.

Em reunião ocorrida no dia 08.03.2004, a SETI entregou ao Chefe do Poder Executivo proposta de desenvolvimento de Programa Compromisso Social, com o objetivo de colaborar com o Plano de Governo do Estado para o desenvolvimento sustentável e inclusão social, oportunizando aos recém-formados retribuir à sociedade os benefícios da gratuidade do ensino, e promovendo a interiorização dos profissionais de nível superior, contribuindo para o desenvolvimento dos municípios mais carentes.

As universidades públicas que atuam em nosso Estado estão ampliando as possibilidades de transferência, para seus cursos, de estudantes matriculados em escolas privadas através de programas de aproveitamento de vagas ociosas existentes nas universidades públicas, o que também se constitui em importante ação social.

Assim, apesar de louvável a intenção dos legisladores ao evidenciar proposta de atender alunos carentes da rede privada de ensino superior, entendendo que seja inviável para o momento, o atendimento de pleitos relativos às solicitações da natureza do projeto de lei ora apresentado, considerando que em função das evidentes limitações orçamentárias, o Governo do Estado optou pela não expansão de despesas com o Ensino Superior Público, a favor da prioridade para as políticas que garantam efetividade na qualificação das ações desenvolvidas pela rede de Instituições de Ensino de 3º Grau já instalada no Paraná.”; e

SEFA - “Cumpre-nos informar que esta Coordenação já se pronunciou em 07.10.2003 acerca do Projeto

de Lei nº 541/2003 de autoria do Deputado Estadual Ângelo Vanhoni, que tinha por finalidade a instituição do “Programa Estadual de Auxílio ao Estudante de Ensino Médio Profissionalizante e Ensino Superior” através de crédito educativo, mediante a criação do “Fundo Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio Profissionalizante e do Ensino Superior - FEMES-PR”, entendendo que o mesmo não cumpria os requisitos da Lei Complementar nº 101/2000.

O artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal declara expressamente: “A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

O parágrafo 1º do artigo 17 estabelece ainda que: “Os atos que criarem ou aumentarem despesas de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 653/2003 encontra-se publicado no DA nº 088/2003, de 28.10.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO - VETO Nº 041/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do nobre Deputado Chico Noroeste, objeto do veto do Governador, institui o Programa Estadual de Bolsa de Estudo, denominado Bolsa-Universidade.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça e se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 074/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, imóvel situ-

ado no perímetro urbano do Município. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 169/2004

Curitiba, 16 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 141/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 074/2004, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que possibilitam sua utilização por órgãos da administração estadual e, até mesmo, de ser examinada a viabilidade de haver cessão de uso ao município interessado.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 074/2004, encontra-se publicado no DA nº 017/2004, de 23.03.2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 069/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 74/2004, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, objeto do veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Izabel do Ivaí.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça e se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar para o Município de Agudos do Sul, imóveis do Governo do Estado do Paraná, situados no mesmo município. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 188/2004

Curitiba, 26 de outubro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 192/2004, dessa Presidência e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 704/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual. Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 704/2003, encontra-se publicado no DA nº 100/2003, de 25/11/2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 077/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar para o Município de Agudos do Sul, imóveis do Governo do Estado do Paraná, situados no mesmo município.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis. É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza doar à APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 179, do quadrante 10, quadricula 01, setor 06, da quadra 38, situado naquele município. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 189/2004

Curitiba, 26 de outubro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 193/2004, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 140/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 140/2004, encontra-se publicado no DA nº 035/2004, de 28/04/2004)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 078/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, objeto de veto do Governador, que autoriza o Poder Executivo a doar a APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 179, do quadrante 10, quadrícula 01, setor 06, da quadra 38, situado naquele município.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Estão em votação, então, os itens 1, 2, 4, 5 e 6.

Solicito do Sr. Deputado Nereu Moura a chamada nominal, para votação.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, permita-me fazer meio minuto de encaminhamento. Só para dizer do voto SIM, que é a manutenção dos vetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Trinta Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convoco para o escrutínio dos votos os Deputados Pedro Ivo, Geraldo Cartário e Hermes Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 30 Srs. Deputados: 21 pela manutenção do veto; 09, contrários à manutenção. **Estão mantidos os vetos.**

Votaremos o item 07.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2004, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que autoriza a doação dos lotes que especifica à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 315/2004

O Parágrafo Único do Projeto de Lei nº 315/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único: A doação dos imóveis a que se refere o *caput* deste artigo deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo os lotes serem utilizados única e exclusivamente para a implantação de um centro de comercialização de artesanatos e de um centro de apoio e informação ao turista, sob pena de reversão dos imóveis ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto, Hermes Fonseca e Antonio Anibelli.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 050/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 017/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a Cidade de Coronel Domingos Soares ao Km 1,5 da PR-449, do Município de Palmas, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 111/2004

Curitiba, 22 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 101/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 017/2004, por julgá-lo, contrário ao interesse público, dada a inoportunidade da medida e inexistência de recursos orçamentários para atendê-la.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a administração e manutenção da estrada que liga o Município de Coronel Domingos Soares ao quilômetro 1,5 da Estrada PR-449, no Município de Palmas.

A Secretaria de Estado dos Transportes, ouvida sobre o projeto de lei em referência, manifestou-se, objetiva e sucintamente, no sentido de veto à medida, através

do Ofício nº 285/2004, firmado pelo Titular da Pasta, dizendo:

“Recebemos o Despacho dessa Casa Civil, datado de 04 de junho de 2004, por meio do qual V. Exa. encaminha o Projeto de Lei nº 017/2004, que objetiva transferir para o domínio do Estado, na figura do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a administração e manutenção da estrada que liga o Município de Coronel Domingos Soares ao quilômetro 1,5 da PR-449, no Município de Palmas.

A propósito do assunto, a Coordenação de Planos e Programas de Transporte - CPPT, dessa Secretaria, através da Informação nº 012/2004, manifesta que não há no Orçamento do DER/PR do corrente ano previsão de recursos para a conservação e manutenção do citado trecho municipal.

Diante do exposto, e considerando a necessidade de priorizar os recursos disponíveis para a recuperação da malha rodoviária estadual, entendemos que o referido projeto de lei deve prosperar.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 017/2004, encontra-se publicado no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 050/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 017/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, objeto de veto do Governador, dispõe

sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a Cidade de Coronel Domingos Soares ao Km 1,5 da PR-449, do Município de Palmas, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Em votação o veto apostado ao Projeto de Lei nº 17/2004.

O SR. NATÁLIO STICA

Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Vinte e dois Deputados responderam à chamada nominal. **Não há quórum para votação, apenas para continuação da Sessão.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.